

## **Literatura, imprensa e ideologia: a função social dos intelectuais na condução da propaganda política autoritária (1941-1945)**

DOUGLAS PAVONI ARIENTI\*

Se a literatura é a “história dos desejos não consumados, dos possíveis não realizados, das idéias não consumidas” (SEVCENKO, 2003:30) também pode ser um projeto futuro ou simplesmente uma utopia inalcançável. Assim sendo, qual a influência exercida pelo meio social sobre a literatura? E outra, qual a influência exercida pela literatura sobre o meio? São a partir dessas perguntas que esse trabalho se sustenta, possibilitando que se faça uma explanação acerca da relação que Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia estabeleceram com a política durante o Estado Novo, assim como as influências dessa relação na produção literária desses autores.<sup>1</sup>

Intelectuais ligados à esfera literária, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia publicaram um considerável número de escritos entre ensaios, romances, poesias, contos e crônicas, fazendo que incidisse o peso maior das suas atividades profissionais justamente no fazer literário. Mas afinal, o que é literatura? Procurando responder a essa questão, Terry Eagleton expõe a impossibilidade de estabelecermos uma definição estanque, alertando-nos justamente para o caráter mutável das obras literárias.<sup>2</sup> Rechaçando as tentativas de criar uma unidade a partir do isolamento de elementos comuns ao que chamamos de literatura, chega a conclusão que *literatura* é uma convenção, uma vez que não existe uma essência nela.

Com objetivo de analisar a produção literária de Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia no período correspondente ao Estado Novo, utilizo-me das produções literárias dos autores buscando atentar para as mediações entre os literatos e o público leitor.<sup>3</sup> Uma vez que a

---

\* Mestrando do PPGH-UFSC e bolsista CNPq.

<sup>1</sup> Devido ao exíguo espaço que um artigo comporta, não busco responder tais questões, mas sim as assinalar como ponto de partida para a reflexão ora apresentada.

<sup>2</sup> Jean-Paul Sartre publicou em 1948, pela Editora Gallimard, de Paris, seu livro intitulado *Qu'est-ce que la littérature?*, posteriormente traduzido e publicado no Brasil. A partir de questões simples como “Que é escrever?”, “Por que escrever?” e “Para quem se escreve?”, Sartre discute a situação do escritor francês na década de 1940 em resposta aos críticos da sua literatura engajada. Segundo o autor, “parece que ninguém jamais levantou essas questões.” (SARTRE, 2004:7)

<sup>3</sup> Para que seja possível analisar as mediações, cabe a utilização do conceito de *recepção*. Embora nesse artigo não seja possível discutirmos a fundo essas questões, cabe ressaltar que, se tratando de produções literárias permeadas por um conteúdo político-propagandista explícito e tendo em vista que a informação durante o Estado Novo era controlada, utilizarei como fontes, de modo a apreender a recepção de obras livrescas, algumas críticas

literatura não se limita as belas letras, sendo ela “tudo o que aparece fixado por meio de letras” (ROSENFELD, 1972:9), trato como tal não apenas seus escritos publicados em formato livresco, mas também seus artigos assinados, publicados principalmente no jornal *A Manhã*, periódico dirigido por Cassiano Ricardo e que se autoproclamava porta-voz oficial do Estado Novo.

Priorizando o tratamento *externo* das fontes, uma vez que meu interesse não incide sobre o valor estético da obra, discussão cara à crítica literária (CANDIDO, 2006), procurarei traçar uma discussão que fuja a uma perspectiva causal, mas que não desvincule as obras dos seus contextos de produção, ou seja, como se estas estivessem apartadas de interesses socioeconômicos, políticos, culturais, religiosos, etc. Inegavelmente, o social desempenha certo papel na constituição da estrutura da obra, tornando-se, de certo modo, *interno*. Mesmo não se tratando de uma aplicação de tipologias pré-estabelecidas, há nesse esforço de pesquisa a clara aproximação da ideia de estudar “a posição e a função social do escritor, procurando relacionar a sua posição com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade”, além da investigação da “função política das obras e dos autores, em geral com intuito ideológico marcado.” (CANDIDO, 2006:19-20)

Partindo do pressuposto que existe relação entre fatores externos e internos da obra, ou seja, que existe uma relação dialógica entre texto e contexto, cabe investigarmos as influências que os fatores socioculturais exerceram na produção literária de Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia durante o Estado Novo, principalmente relacionando-as às estruturas sociais, aos valores, às ideologias e às técnicas de comunicação. Em relação às últimas, não é desprezível a importância da nascente e crescente comunicação de massas na propaganda política do Estado Novo. O cinema e a rádio, principalmente, mas também a imprensa periódica (revistas e jornais) se tornaram aliados de Vargas na sustentação do regime autoritário e diversos intelectuais foram convidados a compor os quadros de direção desses veículos. A imprensa acabou por se tornar um instrumento de divulgação do regime e as informações passaram a ser vigiada pelos órgãos de cerceamento estatais, assim como a produção livresca.

---

literárias publicadas em periódicos contemporâneos a publicação dos livros, sempre tendo em vista a condição de inserção do crítico na estrutura sociocultural. Para os artigos assinados, disponho das análises-respostas do jurista e advogado católico Heráclito Sobral Pinto, fonte riquíssima para discutirmos a eficácia da propaganda política, uma vez que o tom de desacordo com os ideólogos do regime está presente (ARIENTI, 2012).

Mesmo que tenha ocorrido repressão estatal via invasão e confisco de periódicos, como o ocorrido em 1940 com o *Jornal O Estado de São Paulo*, “que o converteram em órgão oficioso” (CAPELATO, 1994:70), o grande êxito do Estado Novo não parece ter sido a implementação da censura não somente a partir dos instrumentos legais de coibição, mas também pela difusão da ideologia corporativista divulgada, uma vez que “a censura alcança seu mais alto grau de perfeição e invisibilidade quando cada agente não tem mais nada a dizer além daquilo que está objetivamente autorizado a dizer”, excluindo “certos agentes de comunicação” (BOURDIEU, 2008:132-3) ou selecionando quem eram os porta-vozes autorizados a se expressar publicamente (AMARAL, 1938). Dessa maneira, a

*censura tem tanto menos necessidade de se manifestar sob a forma de proibições explícitas, impostas e sancionadas por uma autoridade institucionalizada, quanto mais os mecanismos responsáveis pela distribuição dos agentes entre as diferentes posições (e que passam despercebidos por conta do êxito mesmo de seus efeitos forem também capazes de garantir a ocupação das diversas posições por agentes aptos e dispostos a manter o discurso (ou a manter o silêncio) compatível com a definição objetiva da posição. (BOURDIEU, 2008:132)*

Por muito tempo a historiografia creditou o sucesso de Vargas à sua propaganda política. Cabe esclarecer, nesse momento, que o regime não logrou êxito somente pela propaganda sistemática realizada no período correspondente a 1937 e 1945, por mais que seu peso não possa ser negligenciado. Os avanços em diversos planos no período em que o Brasil passou por um surto de modernização não podem ser desprezados: áreas como a do direito social, da condição de trabalho, da industrialização, da infraestrutura, entre outras, não podem ser preteridas, uma vez as mudanças reais na qualidade de vida do cidadão também ajudam a explicar a popularidade do regime.

Uma vez que a arte, de maneira geral, e especificamente a literatura são sistemas simbólicos de comunicação inter-humana; o comunicante (literato-jornalista); o comunicado (a obra) e o comunicando (público a que se dirige) estão presentes e é somente a partir desses três elementos que o quarto é possível, o efeito (CANDIDO, 2006).<sup>4</sup> O bombardeio de informações carregadas de ideologia estimulado pelo regime autoritário e o controle das

---

<sup>4</sup> O historiador do livro e das práticas de leitura Roger Chartier tem se dedicado a compreender a agência do indivíduo diante das práticas de leitura. Dessa forma, mesmo que os comunicadores objetivem controlar e orientar as práticas a partir de instrumentais próprios e estratégias variadas, o efeito causado pelos comunicados veiculados são recebidos de maneira individualizada. Isso não significa, todavia, a inexistência de uma chave de leitura preferencial.

informações veiculadas em um momento de crença que a comunicação de massas seria a única maneira de alcançar os mais distantes recantos da Nação foram estratégias do Estado Novo para estabelecer sua hegemonia. Dessa forma, não basta compreendermos quais foram os instrumentos utilizados pelo regime para sua ancoragem enquanto o sistema político mais adequado a realidade nacional, mas sim entendermos de que forma esses instrumentos se articularam entre práticas de comunicação e movimentos sociais, abordando as diferentes temporalidades e a pluralidade de matrizes culturais – deslocando o eixo do debate dos meios para as mediações (BARBERO, 1997:260).

A função de estabelecer o diálogo entre o governo e o povo foi confiada aos intelectuais. Antonio Gramsci define os últimos como dirigentes e organizadores da cultura, como agentes políticos determinantes e responsáveis pelas funções de domínio e de direção cultural, cuja atuação ocorreria a partir da ciência e da arte política.<sup>5</sup> Norberto Bobbio, por sua vez, também discutiu a questão da intelectualidade e sua atuação na esfera política. Estes, segundo o autor, não emergiram em nenhum período específico do fluxo histórico, ao contrário, sempre existiram, embora sem essa denominação, uma vez que ao lado do poder econômico, político ou militar sempre existiu o poder ideológico que age as mentes pela produção e transmissão de idéias, símbolos, visões de mundo, ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (BOBBIO, 1997). Assim, o intelectual estaria intimamente ligado à produção ideológica, proposição essa que ajuda na minha reflexão sobre a relação de Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia com o poder.

O processo de refinamento ideológico do regime, ou seja, a *produção* do discurso do regime ocorreu paralelamente à sua *difusão*. Publicando tanto em revistas de acesso bastante restrito, de modo a divulgar suas teses sociológicas a partir de uma linguagem pouco acessível aos universos populares, mas também em jornais de acesso amplo, que divulgava não apenas aspectos da vida política nacional, mas também temas de interesses gerais, como o futebol,

---

<sup>5</sup> O conceito de intelectual nos cadernos de Gramsci reúne três sentidos principais: o intelectual tradicional, o orgânico ao projeto do Estado burguês e o intelectual orgânico aos interesses das classes subalternas – os dois primeiros militantes aos interesses da hegemonia burguesa, o tradicional que despreza o sentimento popular e atua distante do povo e o orgânico-burguês que produz as condições ideológicas para a exploração capitalista. O intelectual orgânico aos interesses dos subalternos, por sua vez, visa organizar uma nova forma de domínio e de direção política ligada ao projeto socialista. Os intelectuais, para Gramsci, longe de serem autônomos em relação às principais forças sociais, eram as expressões destas. Assim, o autor buscou discutir uma questão fundamental para a ciência e para a arte política: os mecanismos de domínio e de direção cultural (GRAMSCI, 1982).

por exemplo, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia atuaram como porta-vozes autorizados do regime autoritário, usufruindo, para tal, do capital cultural acumulado e do reconhecimento público. Segundo Mészáros, "a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma violentamente em todos os níveis, do mais grosseiro ao mais refinado." (MÉSZÁROS, 1996:15).

Norberto Bobbio divide os intelectuais em duas categorias: *ideólogos* e *expertos*, cuja distinção ocorre a partir das funções que eles são chamados a desempenhar no contexto político: *ideólogos*, segundo o autor, seriam aqueles que fornecem princípios-guia, precisamente as ideologias aos detentores do poder político atual ou em potencial, e, os *expertos* são aqueles que fornecem conhecimentos técnicos. Preocupando-se com o intelectual contemporâneo às conferências, descarta qualquer análise que generalize suas atuações, abordando da atuação política à cultural e compreendendo que só se atua culturalmente a partir da esfera política (BOBBIO, 1997).

Dessa forma, compreendo Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia como intelectuais a partir de seus engajamentos na esfera política e cultural, das suas atuações, mesmo que em níveis diferentes, como produtores e mediadores no debate acerca da cultura nacional e da definição do papel do intelectual durante o Estado Novo. Também podem ser definidos como ideólogos do Estado Novo, uma vez que ofereceram suporte ideológico para a manutenção do regime, como por exemplo, a definição de "escritor-soldado", de Menotti del Picchia, que deveria travar cotidianamente sua batalha contra o fascismo e o comunismo (DEL PICCHIA, 1943) ou das críticas de Cassiano Ricardo a inteligência vadia e enamorada de si mesma, que não se aproximava da política e por isso não teria um valor social (RICARDO, 1940).

Encarregados da missão de criação de uma consciência nacional, diversos intelectuais participaram do projeto estadonovista, coordenando e disseminando a ideologia do regime autoritário, mesmo que muitas vezes bastante discrepantes. Responsáveis pelas mediações necessárias para que a comunicação com as massas fosse satisfatória e causasse o efeito desejado pelo poder executivo, literatos de diferentes vertentes estéticas e políticas procuraram estabelecer o diálogo entre chefe e povo, criando o vínculo entre Estado e Nação (PÉCAUT, 1996). Parece-me, nesse sentido, que a criação da "comunidade imaginada",

termo cunhado por Benedict Anderson, representava a função social a ser desempenhada e a comunicação de massas o caminho para o sucesso dessa investida (ANDERSON, 1989).

Para Jesús Martín Barbero, a modernização latinoamericana foi um movimento de adaptação econômica e cultural e não de aprofundamento da independência e os meios de comunicação, nesses casos, desempenharam um papel político, não somente ideológico, no processo de nacionalização das massas populares, sendo que, no Brasil, o Estado Novo se propôs a estabelecer uma unidade nacional, superando os conflitos regionais da Primeira República e tornando possível a comunicação entre várias regiões por meio da aviação, da construção de rodovias e estradas de ferro, além de telégrafos, telefones e rádio. Para o autor, a comunicação assumiu um papel peculiar na América Latina devido ao descompasso entre Estado e Nação e o modo desviado de irrupção política das massas, uma vez que,

*se através do nacional-popular se fizeram ouvir no conjunto nacional reivindicações sociais e políticas das classes subalternas, foi num discurso de massa que o nacional-popular se fez reconhecível pelas maiorias. Entretanto, as histórias dos meios de comunicação continuam - com raras exceções - dedicadas a estudar a "estrutura econômica" ou o "conteúdo ideológico" dos meios, sem se propor minimamente ao estudo das mediações através das quais os meios adquiriram materialidade institucional e densidade cultural, e nas quais oscilamos entre parágrafos que parecem atribuir a dinâmica das mudanças históricas à influência dos meios e outros em que estes são reduzidos a meros instrumentos passivos nas mãos de uma classe dotada de quase tanta autonomia quanto um sujeito kantiano.* (BARBERO, 1997:228)

Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia publicaram entre os anos 1937 e 1945 em periódicos subordinados diretamente ao Estado Novo. Poetas, romancistas, prosadores e periodistas, ambos usufruíram da experiência adquirida ao longo dos anos frente a variados veículos de informação e a utilizaram na direção de periódicos pró-governistas. Amigos de longa data,<sup>6</sup> não eram poucas as motivações que capacitavam Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia a exercerem essa função: ambos eram periodistas experientes, favoráveis ao

<sup>6</sup> Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia atuaram, antes de assumirem a direção das publicações ligadas ao Estado Novo, no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo sendo que, em abril de 1941 foi publicada a primeira edição do periódico *São Paulo de Ontem, de Hoje e de Amanhã*, que integrou a publicação oficial do departamento. Participando conjuntamente de diversos empreendimentos editoriais entre as décadas de 1920 a 1940, se reencontram novamente na divulgação do regime autoritário, sob a égide da mesma superintendência, cujo responsável era o Coronel Luís Carlos da Costa Neto. A amizade e a carreira dos dois estiveram sempre entrelaçadas por vínculos não somente afetivos, mas de interesses comuns. Dessa forma, pensa-se a influência exercida pelas redes de sociabilidades intelectuais na formação de grupos e empreendimentos periódicos (SIRINELLI, 2003).

estabelecimento de um governo nacional forte, críticos à incorporação brasileira dos *ismos* políticos europeus (liberalismo, comunismo e totalitarismo), possuíam experiência como propagandistas na esfera política, participavam de uma ampla rede de sociabilidade política e intelectual que os cercavam, eram autores modernistas<sup>7</sup> consagrados no campo das letras nacional e dotados de uma percepção otimista e ufanista, explicitada aos seus leitores a partir de uma linguagem simples, acessível inclusive (e sobretudo) às massas.<sup>8</sup>

Ambos eram, também, favoráveis ao controle da informação,<sup>9</sup> uma vez que “a missão do Estado moderno (...) não é tornar os homens mais livres, senão mais felizes” (RICARDO, 1941:4), uma vez que “o conceito e a illimitação da liberdade é outro elemento que falsea a democracia política tal qual é actualmente concebida.” (DEL PICCHIA, 1935:111). Todavia, alguns elementos os descredenciavam como nomes confiáveis a tais tarefas como, por exemplo, o apoio a candidatura de Armando Salles de Oliveira, lançada em fevereiro de 1937 e amplamente divulgada pelo *Jornal Anhanguera*,<sup>10</sup> suas identificações com o regionalismo paulista<sup>11</sup> e a participação de ambos na Revolução Constitucionalista de 1932.

---

<sup>7</sup> A crítica literária costumeiramente os classificou como poetas menores do modernismo (PRADO, 2010). Dissidentes e falsos vanguardistas foram alguns dos adjetivos que cercaram as críticas em torno desses intelectuais. A relação que eles estabeleceram com a política autoritária, que naturalmente permeia suas obras, é um dos fatores que ajuda a explicar a desqualificação deles frente aos críticos e a não canonização de suas obras. (ARIENTI; NEVES; PIAZZA, 2011).

<sup>8</sup> Segundo Alfredo Bosi “Antes de 22, Menotti escrevera um poemeto sertanista muito brilhante, Juca Mulato, que logo caiu no gosto de toda casta de leitores. Era sinal de uma comunicabilidade fácil e vigorosa, não desmentida em Moisés, poema bíblico, e em Máscaras, ambos de 1917.” (BOSI, 1977 413)

<sup>9</sup> Segundo Capelato, “os ideólogos do Estado Novo criticaram a imprensa liberal laica, definindo-a como fruto de fórmulas políticas errôneas que erigiram liberdade como supremo bem.” (CAPELATO, 1994:67-8). Em diversas oportunidades Cassiano Ricardo lançou mão de críticas a liberdade de expressão, relacionando-a com a velha política liberal, incompatível com o momento político atual. A verdadeira democracia era essencialmente nacional, uma vez que “nossa democracia não precisa inscrever-se num inciso constitucional para ser uma coisa viva e presente. Ela está na própria estrutura social do povo brasileiro. É uma coisa substancial, história, formando parte da essência da vida nacional. (...) É uma pura ingenuidade imaginar-se que a verdadeira democracia, a orgânica, a feita por um processo fisiológico de vida nacional, se origine pelo golpe de magia de um texto político.” (DEL PICCHIA, 1942:4). Dessa forma, “antes de estar escrita na lei, está[ria] escrita no coração de cada um de nós.” (RICARDO, 1937: 227).

<sup>10</sup> Dirigido por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Candido Motta Filho, já o redator principal era Osmar Pimentel. A primeira edição foi publicada em 26 de junho de 1937 e o lema da publicação era “Por um Brasil nosso e original; por uma democracia social e nacionalista.” O exemplar foi acessado no Arquivo da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, em São José dos Campos, São Paulo.

<sup>11</sup> Ao que parece, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia fizeram parte do projeto de nacionalização do discurso regional paulista. Na obra *História & Modernismo*, M. P. Velloso nos apresenta os projetos pernambucano e mineiro, contemporâneos ao projeto paulista difundido pelos intelectuais em questão.

Analisados muitas vezes somente a partir de um prisma, tanto a obra como a atuação de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo<sup>12</sup> carecem de trabalhos que busquem estabelecer o diálogo entre produção literária e propaganda política – relação essa que pode ser verificada desde o início dos anos 1920 e que permaneceu como uma constante nas décadas seguintes até, pelo menos, o final do Estado Novo. De tal forma, a diretriz que rege esse esforço de pesquisa é discutir os dois veículos de difusão ideológica como suportes de comunicação, de modo a compreender de que maneira esses intelectuais divulgaram, através dessas publicações tornadas ferramentas em suas mãos, o modelo político que defendiam e em que medida estes sofreram alterações provocadas pela proximidade com as instâncias de poder central. Pode-se dizer, a partir dessas considerações, que a literatura produzida por esses intelectuais e os periódicos por eles dirigidos, durante o Estado Novo,<sup>13</sup> cumpriram funções semelhantes a partir de uma objetivação análoga, uma vez que “os valores e as ideologias contribuem principalmente para o *conteúdo*, enquanto as modalidades de comunicação influem mais na *forma*” (CANDIDO, 2006:39).

Além dos periódicos, muitos criados assumidamente para servirem aos interesses do executivo, a literatura também se mostrou sensível às oscilações políticas durante o regime autoritário e foi utilizada como área estratégica para divulgação ideário do regime. O controle do campo cultural nacional foi uma clara preocupação do poder público que atuou a partir de um mecenato estatal, refinando os dispositivos de intervenção na produção cultural de modo a possibilitar a divulgação ideológica, mesmo que esse espaço tenha sido utilizado de maneiras variadas pelos envolvidos.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Segundo Luiza Franco Moreira, Cassiano Ricardo ocupa uma posição curiosa entre os escritores modernistas: ainda que sua poesia dos anos vinte encontre um público leitor até hoje, a crítica literária pouco se interessou por discutir sua obra. Em contrapartida, historiadores e cientistas sociais muito se preocuparam com a sua participação no Estado Novo. Dessa forma, para o público contemporâneo, Cassiano é o poeta de *Martim Cererê*; para os críticos, um escritor modernista de importância histórica e para os historiadores, um ideólogo estadonovista.” (MOREIRA, 2001)

<sup>13</sup> Ao se referir ao início da carreira literária de Menotti del Picchia, Alfredo Bosi visualiza o diálogo existente entre o prosador e jornalista, explicando que “a aderência efusiva ao vaivém da burguesia paulistana, servida por uma respeitável mole de lugares-comuns, deu à prosa ficcional de Menotti uma animação jornalística que não deixou de impressionar o exigente Mário de Andrade da fase artesanal. (BOSI, 1997:413)

<sup>14</sup> O crescimento da Editora José Olympio na década de 1940 parece ser ilustrativo desse aspecto: assumindo uma posição dominante no pólo cultural do espaço editorial, “sobre ela cristalizaram-se emblemas essenciais à concepção de uma cultura nacional autêntica, em condições de igualar uma história literária nacional a outras e de disputar promoção de valores universais” (SORÁ, 2010:359-360).

A literatura de Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia estava em consonância com o modelo de arte nacional-engajada estimulada pelo Estado Novo, regime político que colaborou na redefinição do papel das letras de modo a circunscrever a função social da arte e da literatura, servindo, dessa maneira, aos seus próprios interesses.<sup>15</sup> O poeta, nessa lógica, assumiria o papel de guia, encarregando-se de cumprir sua missão salvacionista através da literatura (LENHARO, 1986) que deveria se distanciar das subjetividades, encaradas como empecilhos aos objetivos pragmáticos.<sup>16</sup> Foram os ensaios sociológicos que ganharam terreno durante o período entre os militantes da literatura engajada por serem vistos como verdadeiros *locus* da interpretação realista da sociedade em um momento em que se discutia o saber mais adequado para a interpretação do Brasil (VELLOSO, 1988).

Dedicando-se a essa esteia de produção literária antes do advento do Estado Novo, ambos parecem ter cumprido suas funções na sustentação do regime autoritário, mesmo que em proporções diferentes. Eram os intelectuais oriundos do grupo Verde-Amarelo<sup>17</sup> que, entre os diversos grupos modernistas, possuíam o projeto mais compatível com as intencionalidades do regime: uma literatura engajada que servisse aos interesses e representasse a Nação - o que ajuda a explicar, ainda que não contemplando as complexidades da questão, o convite para direção dos principais jornais do regime.

Revisando a recorrente afirmação de que os ideólogos do regime seriam apenas Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos, analiso a participação de Cassiano Ricardo e

---

<sup>15</sup> Segundo Cassiano Ricardo, é durante o Estado Novo, “pela primeira vez, também – e isto é que nos interessa frizar – se dá, no Brasil, ao exercício da inteligência a alta significação que ele deve ter. Enquanto que, no velho regime liberal e difuso, a inteligência era tida como uma força dissociada do Estado e inimiga da ordem, dando margem aos hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário.” (RICARDO, 1941:4)

<sup>16</sup> Terry Eagleton, ao discutir a possibilidade de isolarmos elementos comuns da literatura, aborda o seu aspecto não-pragmático. Todavia, conclui que não é possível delimitarmos o que entendemos por literatura a partir desse critério (EAGLETON, 1994).

<sup>17</sup> Segunda Menotti del Picchia, “o movimento literário de 1922 – gerador do grupo ‘verde e amarelo’ – tomou uma direção que não era de todo imprevista para alguns dos seus criadores: uma direção política.” (DEL PICCHIA, 1935:5) Tida como a corrente mais nacionalista e primitivista da Semana de 1922, o verdeamarelismo influenciou, segundo Velloso, as diretrizes do Estado Novo. Segundo Angela de Castro Gomes, “o governo de Vargas se apropriou do evento modernista, unindo forças para lutar pela renovação nacional. O nacionalismo passou a ser um elemento aglutinador entre os intelectuais” (GOMES, 1996:40), mas “naturalmente essa ligação entre modernismo e Estado Novo é uma invenção do regime, que se apropria do evento modernista como um todo uniforme, não distinguindo as várias correntes de pensamento que o integraram. Na realidade, a herança modernista no inteiro da ideologia estado-novista é bastante delimitada, à medida que recupera apenas a doutrina de um grupo: a dos verde-amarelos, composto por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado (VELLOSO, 2007:171). Em seu livro de memórias Cassiano Ricardo narra seu esforço em convencer Plínio Salgado a abrir mão do Integralismo, uma vez que seria uma importação alienígena e incompatível com a realidade nacional (RICARDO, 1970).

Menotti Del Picchia de modo a observar como se deu a inserção destes intelectuais nos debates sobre a nação e busco identificar as contribuições que destes foram incorporadas ao discurso do regime. Sendo assim, assumo que suas participações se aproximam do que autores como Eagleton (1997) e Bobbio definem como a função dos *ideólogos*. Logo, não se trata da ampliação do conceito de modo a estabelecer que todo colaborador do regime tenha atuado na formulação ideológica, uma vez que entre os diversos literatos que escreveram em periódicos oficiais governistas encontramos a presença de nomes críticos ao Estado Novo que tiveram suas participações marcadas pela discussão de temas da esfera cultural, artística e folclórica. Segundo Angela de Castro Gomes,

*O Estado Novo não poderia ser caracterizado como portador de uma doutrina oficial e homogênea a ponto de afastar as diversidades toleráveis. Devido a isso, a presença de variações significativas que traduzem certo ecletismo em suas propostas, desde que não divirja das bases elaboradas, serve como legitimação do próprio sistema, tornando-o mais heterogêneo. No entanto, é possível encontrar, no seio das propostas, um conjunto de idéias capaz de formar um projeto político-ideológico. (GOMES, 1982:110)*

Não é a intenção recriarmos um ambiente harmonioso no seio do Estado Novo – imagem que o regime buscou criar sobre si mesmo e transmitir aos cidadãos – ao contrário disso, podemos encontrar conflitos entre seus ideólogos, como na discordância entre Azevedo Amaral e Cassiano Ricardo em relação à censura aos intelectuais (ARIENTI, 2012), assim como nos conflitos existentes na redação do jornal *A Manhã* (RICARDO, 1970). Em relação ao conceito de *ideologia*, podemos concluir que se trata de um termo polissêmico:<sup>18</sup> devido a isso, Terry Eagleton expõe algumas variantes dos significados empregados a partir de tal conceito. Assim, elencando dezesseis possíveis significados, dentre esses muitos incompatíveis entre si, três parecem se aproximar das funções assumidas por Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia enquanto ideólogos do regime.<sup>19</sup> Tanto “a) o processo de

<sup>18</sup> O conceito *ideologia* foi cunhado por Marx, um dos mais importantes na sua trajetória filosófica. Leandro Konder buscou compreender como a ideologia atua e como poderia ser superada a necessária distorção imposta pela divisão social do trabalho à construção do conhecimento. Assim, além de debater a construção conceitual gestada por Marx, analisa as produções de diversos outros intelectuais que se debruçaram sobre tal conceito ao longo do século XX, como, por exemplo, Lukács, Mannheim, Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, Gramsci, Bakhtin, Althusser, Goldmann, Habermas, Roberto Schwarz, Sergio Paulo Rouanet e Marilena Chauí. (KONDER, 2003).

<sup>19</sup> Talvez sejam as três proposições em que o conceito de *Ideologia* são definidos nos termos mais pejorativos. De maneira irônica Eagleton trata da questão, analisando-a a partir dessa carga negativa que ela carrega uma vez que os ideólogos não se identificam enquanto tais. Para o autor “a ideologia, como o mau hálito, é, nesse sentido,

produção de significados, signos e valores na vida social”, como “c) idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante” e “d) idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante” se aproximam substancialmente das funções assumidas por eles durante o Estado Novo (EAGLETON, 1997:15). Segundo Marilena Chaui, “somente se levarmos em conta o advento e a natureza do Estado moderno, poderemos compreender a função implícita ou explícita da ideologia” (CHAUI, 2007:31), cuja definição mais amplamente aceita é a que afirma “que ideologia tem a ver com legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante. ‘Estudar ideologia’, escreve John B. Thompson, ‘é estudar os modos pelos quais o significado (ou a significação) contribui para manter as relações de dominação’.” (EAGLETON, 1997:19). Para Eagleton, o processo de legitimação pareceria envolver pelo menos seis estratégias diferentes, todas elas aparentemente instrumentalizadas por Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia na divulgação do regime autoritário:

*um poder dominante pode legitimar-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo idéias que possam desafiar-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo. A ideologia se origina a partir da tentativa de camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, como uma possibilidade de resolução imaginária das contradições reais. (Idem)*

Assim a ideologia corporativista veiculada pelo Estado Novo assumiu a função de oferecer a sociedade, que é baseada na divisão e na contradição interna, uma imagem capaz de anular a existência efetiva da luta, da divisão e da contradição – formulando uma representação desta como idêntica, una, indivisa, homogênea, coesa e harmoniosa. Não se trata, todavia, de proposições maniqueístas, mas sim parte da divulgação de um caminho vislumbrado por ambos como sendo o melhor para a nação. Os falseamentos e silenciamentos nas produções literárias dos autores fizeram parte do ufanismo que noticiaram a grandeza do Brasil nas mãos de Vargas. Caro à propaganda de modo geral, o otimismo esteve presente nos artigos assinados de ambos até a saída de Cassiano Ricardo da direção do jornal, no momento que a queda do Estado Novo era prevista e somente uma questão de tempo.

---

algo que a outra pessoa tem.” (EAGLETON, 1997:16) É também irônico o comentário feito pelo intelectual inglês ao dizer que “Foucault e seus seguidores abandonaram por completo o conceito de ideologia, substituindo-o por um “discurso” mais capaz.” (*Ibidem*:21)

Essas publicações periódicas e literárias atuaram como agentes sociais por difundirem modelos políticos e de sociedade não-neutros, influenciando, dessa forma, o processo político e intervindo nos interesses e na vida social. É necessário, todavia, atentar para a proporcionalidade da emersão das figuras dos intelectuais, jornalistas, escritores e dos diretores das publicações, ou seja, de sujeitos dotados de consciência, que se determina na prática política, como responsáveis pela difusão ideológica do regime, analisando suas trajetórias e seus escritos para melhor compreender suas inserções no projeto de estado e de sociedade, incluindo, dessa maneira, suas percepções do que seriam suas próprias funções.

A literatura garantiu notoriedade para Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, intelectuais muito identificados com o regionalismo paulista (BOSI, 1977). Na década de 1920, a frente do jornal *Correio Paulistano*, esses intelectuais já eram autores consagrados e suas obras figuravam entre as de maiores tiragem do mercado editorial paulista, entre elas *Jardim de Hespérides*, de Cassiano Ricardo *Flama e argila*, de Menotti del Picchia. Segundo Antonio Celso Ferreira:

*O grande filão da literatura paulista, sucesso de público e crítica do momento, não fugiria à regra desses escritos regionais citados, compondo-se de contos, novelas, romances e versos ambientados sobretudo na roça ou em pequenas cidades do interior, tendo os caboclos como personagens ou meros figurantes, e alimentando-se de uma ótica folclorista, pitoresca, anedótica. Irrompia no palco da literatura caboclista, já vislumbrada em textos dos três últimos decênios do século XIX e inter-relacionada aos estudos etnológicos e históricos do IHGSP ou do Museu Paulista. (FERREIRA, 2001:215)*

Embora a partir da ascensão do Estado Novo a questão nacional se tornou o foco das produções dos autores em questão, o regionalismo presente anteriormente não desapareceu. Ao contrário, ele passou a ser o caminho pelo qual se chagara na discussão nacionalista, tão cara ao regime autoritário. Segundo Velloso

*A série sociológica, eleita como a mais capacitada para o conhecimento da nacionalidade, acaba desaguando na tradição regionalista. Explicando melhor: entre nossos intelectuais a região sempre se constituiu em referencial obrigatório para se pensar a nação. Sempre existiu o apelo às raízes e tradições locais, enfim, à idéia de que o escritor só poderia realizar-se brasileiro através do regionalismo. Assim, o ponto de partida para se traçar uma interpretação da nacionalidade deveria ser regional e rural. (VELLOSO, 1988:245)*

A questão da originalidade brasileira,<sup>20</sup> gestada no Planalto de Piratininga, acabou por especificar geograficamente dentro do próprio estado de São Paulo a região responsável pela criação e manutenção do Brasil psicológico, social, geográfico, étnico, religioso, físico, etc. que conhecemos hoje: o litoral (S. Vicente) se aproximava de outras regiões, como S. Salvador e Olinda – onde a miscigenação com o elemento negro teria estimulado o sedentarismo, contrariamente ao dinamismo dos homens de Piratininga, que graças ao elemento indígena seriam predispostos ao movimento sertão adentro, atuando no cumprimento natural da tarefa de criar a Nação (RICARDO, 1938).

Embora a partir de atuações díspares, tanto Cassiano Ricardo como Menotti del Picchia se comprometeram em divulgar os feitos do Estado Novo, mantendo-se fiéis ao cumprimento desse objetivo até a queda do regime. Cassiano Ricardo produziu em 1940 sua obra de maior fôlego, *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, na qual estabelece uma relação próxima entre as bandeiras paulistas e o regime autoritário como os dois momentos de integração nacional. O bandeirismo seria a maneira mais bem estruturada da biodemocracia, sendo o Estado percebido como resultado natural de uma evolução que apontaria para um caminhar uniforme, cuja direção já estaria determinada pelas origens e onde não seria saudável para o corpo social qualquer ruptura que pudesse desviar do seu destino natural. Somente um governo forte, encarnado, para o autor, no Estado Novo e no chefe da Nação teria condições de policiar e advogar os conflitos, o que permitiria a manutenção do Brasil nos trilhos da tradição. Assim, a recorrência ao mitológico e a uma consciência que perpassasse as questões políticas se tornaria um apelo ao irracional em nome da nação e a função dos intelectuais e da comunicação de massas, ao recorrer constantemente a essas questões, seria criar essa comunidade imaginada (RICARDO, 1940).

Diferentemente de Cassiano Ricardo, autor que se dedicou à escrita de prosas políticas e ensaios sociológicos no período correspondente ao Estado Novo, Menotti del Picchia, apesar

---

<sup>20</sup> Segundo del Picchia: “o Brasil pode fornecer ao mundo a fórmula suprema da verdadeira democracia, expressa pela realização da fraternidade, porque o Brasil, na fusão harmoniosa das suas etnias, realiza o supremo preceito de Cristo: “Amai-vos uns aos outros”. Não temos barreiras de classes, de castas, nem preconceitos de cor, de credo ou de fortuna. A idéia de uma Pátria de irmãos, sem vincadas diferenciações entre ricos e pobres, – composta por cidadãos amplamente amparados pelo Estado, está na própria estrutura do Estado Nacional, organização baseada numa ampla justiça social, e nos princípios sadios do nacionalismo.” (DEL PICCHIA, 1943:8). No artigo intitulado *O Brasil é assim...*, publicado no *A Manhã* em dez de março de 1942, Menotti del Picchia sustenta a tese de Cassiano Ricardo sobre a originalidade brasileira e da existência de uma democracia social e racial (DEL PICCHIA, 1942:4)

de ter escrito alguns romances, envolveu-se quase exclusivamente com a publicação de escritos políticos em jornais e revistas, colaborando com a publicação dirigida por seu par, além de ter dirigido, a partir de 22 de agosto de 1942, a sucursal paulista do jornal *A Noite*, da capital federal, cujo diretor era André Carrazzoni. Porém, na primeira metade da década de 1930, quando ainda ligado ao PRP, o poeta redigiu três ensaios políticos (*A crise da democracia*, 1931, *A revolução paulista*, 1932 e *Soluções Nacionaes*, 1935), obras de são importantes para a decifração da sua visão política anteriormente a instauração do Estado Novo. Além disso, uma vez que Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia foram convidados a dirigir periódicos oficiais do regime com o objetivo de continuarem o trabalho realizado no grupo *Bandeira*<sup>21</sup> (DEL PICCHIA, 1977), ou seja, a partir da premissa que “tua idéia é tua arma! Contra ideologias forasteiras e dissolvente oppõe o pensamento original da tua patria.” (DEL PICCHIA, s.d:1), pode-se analisar a relação que se estabeleceu entre um discurso ideológico pré-estabelecido e a sua incorporação no Estado Novo, ou seja, o processo de oficialização e nacionalização de um projeto paralelo e regional, questões essas que exigem um aprofundamento em trabalhos futuros.

Mais do que divulgar o regime a partir de diferentes ferramentas de comunicação de massas, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia usaram o espaço para incorporar elementos ao discurso oficial do Estado Novo de forma aparentemente consentida pelo regime, uma vez que não contrariava seus princípios-guias. O Estado Novo parece ter captado e incorporado ao discurso legitimador do regime varguista discursos paralelos que, a partir das modificações cabíveis, possibilitaram que estes fizessem parte do seu arsenal legitimador oficial. Parece que, dessa forma, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia representaram o Grupo *Bandeira*, organização político-cultural paulista que tinha o objetivo explícito da defesa da cultura nacional, no seio do Estado Novo.

---

<sup>21</sup> Menotti del Picchia publicou o livro *Ensaio de exposição do pensamento Bandeirante* em nome do Departamento de Publicidade da “Bandeira” alegando que “querendo dar minha contribuição á “Bandeira”, procurei resumir, com o ficto de popularizal-as, algumas idéas que seu programa me sugeriu. Trata-se de trabalho que nada tem de axiomático, uma vez que não passa de uma feição individual de encarar o nobre e patriótico movimento destinado a defender o pensamento original do Brasil. (DEL PICCHIA, s.d:3). Não há qualquer informação que nos indique a data da publicação, embora há indícios que foi produzida no final da década de 1930.

**BIBLIOGRAFIA**

- ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2010.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARIENTI, D. P.. *Domesticação da vida intelectual: os periódicos a serviço do bem da nação (1941-1945)*. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012, Teresina - PI. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012.
- ARIENTI, D. P.; NEVES, L. L.; PIAZZA, M. F. F. . *En la margen del canón: los intelectuales del proyecto editorial estadonovista brasileño*. I Congreso Internacional de Historia Intelectual de América Latina, 2012, Medellín. Memorias de I Congreso Internacional de Historia Intelectual de América Latina, 2012.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. S. Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. S. Paulo: Cultrix, 2 ed, 7 reimpressão, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia da trocas linguísticas - o que falar quer dizer*. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da USP, 2008
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CAPELATO, M. H. R. . *O Controle da Opinião e Os Limites da Liberdade. Imprensa Paulista (1920-1945)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, n.23/24, p. 65-75, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 12. ed.. São Paulo: Cortez, 2007.
- DEL PICCHIA, Menotti. *A Democracia Brasileira*. Jornal *A Manhã*. Rio de Janeiro, 3.3.42, p. 4.
- \_\_\_\_\_. *A longa viagem*. 3ª etapa. Itapira: Casa Menotti del Picchia. Material datilografado, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de exposição do pensamento Bandeirante*. Edição popular “Tudo pelo Brasil”. São Paulo: Departamento de Publicidade da “Bandeira”. s.d.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil é assim....* Jornal *A Manhã*. Rio de Janeiro, 10.3.42, p. 4.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil pode fornecer ao mundo a fórmula suprema da verdadeira democracia*. Jornal *A Manhã*. Rio de Janeiro, 4.4.43, p. 3;6;8.
- \_\_\_\_\_. *Soluções nacionais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1935.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia - Uma introdução*. São Paulo: UNESP, 1997.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FERREIRA, Antonio Celso. *Epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 - 1940)*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In: \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. *História e historiadores: A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP; Papyrus, 1986.
- KONDER, Leandro. *A Questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações - comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2009.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.
- MOREIRA, Luiza Franco. *Meninos, Poetas e Heróis - Aspectos de Cassiano Ricardo do Modernismo ao Estado Novo*. São Paulo, Edusp, 2001.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- RICARDO, Cassiano. *A Manhã e seu programa*. A Manhã, Rio de Janeiro, 9.8.1941, p. 4.
- \_\_\_\_\_. *Marcha para Oeste: A Influência da Bandeira na Formação Social e Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil no original*. 2ª Ed. São Paulo: Coleção Cultural da Bandeira, 1937.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil no original*. Revista do Arquivo Municipal. São Paulo. n. LI, 1938.
- \_\_\_\_\_. *Viagem no tempo e no espaço (memórias)*. Rio de Janeiro: Livraria Olympio Editora, 1970.
- ROSENFELD, Anatol. Literatura e Personagem. In: CANDIDO, Antonio; GOMES, Paulo Emílio Sales; PRADO Decio de Almeida; ROSENFELD, Anatol, *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SARTRE, Jean Paul. *O Que é Literatura*. 3 ed. Trad. De Carlos Felipe Moisés, São Paulo: Ática. 2004.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.
- SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: José Olympio de a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp; Com-arte, 2010.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *História e modernismo*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A Literatura como Espelho da Nação*. In: Estudos Históricos, vol.1, n.2. RJ: CPDOC, 1988.
- \_\_\_\_\_. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.